

3

Gênese das Escolas de Formação Fé e Política

No capítulo anterior, foram abordadas as experiências de formação política dos cristãos, em um percurso histórico-pastoral que passou pela Liga Eleitoral Católica e pelo Centro Dom Vital, pela Ação Católica Especializada e pelas Comunidades Eclesiais de Base e Ibrades, bem como analisou cartilhas políticas, cada uma destas com seus respectivos objetivos e estratégias, correspondendo aos anos 1930-1980.

Um evento emblemático no final dos anos 80 foi a queda do Muro de Berlim, representando a ruína de um regime que se instalara no leste europeu, fundamentado na ideologia socialista-marxista, fato esse saudado como a vitória do ocidente, que preconizava um modelo de democracia baseado nos princípios liberais, e de economia, fundamentada na livre iniciativa de mercado¹.

Esse acontecimento foi desastroso para os atores sociais que pautavam sua agenda de lutas pela ideologia socialista, pois foi entendido por alguns fautores da ideologia liberal como o “fim das utopias”, desencadeando, a partir disso, uma crise da militância. Além desses fatores exógenos, é importante também ressaltar os endógenos, pois os movimentos sociais não haviam construído, nas décadas de 1970 e 1980, um projeto político próprio, ficando na dependência de suas assessorias, sendo grande parte delas oriunda dos quadros eclesiais, especialmente da Igreja Católica afinada com a Teologia da Libertação, ou de partidos políticos, mormente o Partido dos Trabalhadores, bem como de Universidades e outras instituições.

Dentro desses movimentos, as assessorias tiveram uma importância maior do que suas lideranças e suas bases, tornando-se tais movimentos um canteiro fértil para sua atuação. O grande equívoco é que as lideranças não compartilharam

¹ Também há que se destacar a crise de um modelo de Igreja em que os militantes cristãos se empenhavam por tornar realidade, com o avanço do neoconservadorismo e o bloqueio de diversas iniciativas pastorais mais comprometidas com o trabalho popular. Cfr. ANDRADE, Paulo

o *know-how*, isto é, não passaram o conhecimento que detinham, não organizaram o saber popular de forma teórica, até mesmo por causa de um certo preconceito, tanto de assessorias quanto de movimentos, com relação a um saber acadêmico. Quando essas assessorias foram absorvidas pelo contexto pós-Constituinte em quadros institucionais, criou-se um vácuo nos movimentos sociais que dependiam delas. No campo eclesial, especificamente católico, as campanhas contra a Teologia da Libertação feitas pelo Vaticano nos anos 80, com a consequente nomeação de Bispos afinados com um modelo de Igreja mais conservador, levou a um recuo das lideranças mais comprometidas, como padres, religiosas e agentes de pastoral. Tais fatores também contribuíram para um refluxo dos movimentos sociais², e ajudaram a configurar um novo período.

Entrando agora nos anos 90, este capítulo pretende evidenciar a mudança de paradigma em relação às décadas anteriores, bem como fazer alguns recortes de ordem eclesial no ensino social e na prática pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a fim de contextualizar a gênese das Escolas de Formação Fé e Política. Finalmente, será feita uma classificação dessas experiências de formação, a partir do catálogo das escolas do Centro Nacional de Fé e Política ‘Dom Helder Câmara’, e será realizada uma apresentação concreta dessas Escolas.

3.1. A mudança de paradigma nos anos 1990

O enfraquecimento do aspecto ideológico de reivindicações de direitos coletivos gestou um novo paradigma e fez dos anos 1990 a “década das lutas cívicas pela cidadania”³. A novidade é que os movimentos sociais nesse período se articulam a partir de dois grandes eixos: o primeiro, no plano moral, produz uma “cruzada” pela ética em todos os níveis de organização da sociedade; o segundo, por sua vez, retoma os direitos sociais, mas agora não em sentido coletivo-estrutural, mas sim individual, em termos, por exemplo, de comida,

Fernando., *A crise da modernidade e as possibilidades de uma nova militância cristã*. In: SUZIN, Luiz Carlos (Org.), *Terra Prometida. Movimento social, engajamento cristão e Teologia*, p. 221.

² GOHN, Maria da Glória (Org.), *Movimentos sociais e Educação*, pp. 98; 102-103; 115.

³ Id., *História dos Movimentos e Lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*, p. 205.

necessária à sobrevivência⁴. Como manifestações visíveis dos eixos característicos desse paradigma temos o Movimento pela Ética na Política (1992) e o Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida (1993-1995)⁵.

Portanto, o que vai se impondo nos anos 90 são movimentos sociais centrados na ética ou em questões humanitárias, que não têm o caráter dos movimentos populares da década anterior, isto é, ideológico-reivindicatório-coletivos, embora estes não tenham desaparecido por completo. Os movimentos agora são pluriclassistas e pluripartidários, e realizam-se em forma de mobilizações coletivas que se apresentam mais como “campanhas” do que propriamente como movimentos sociais estruturados e organizados⁶.

Essa mudança de paradigma tem início em 1986, com a mobilização popular em torno da Assembleia Constituinte, que pode ser considerada o grande elemento organizador das mudanças desse novo período. Ela ajudou a despertar nas pessoas a necessidade de participar do mundo da política, como meio para transformação da sociedade pelas vias democráticas. No total, foram mais de 12 milhões de assinaturas, subscrevendo 122 emendas populares, o que fez os cidadãos acreditarem na mudança social por meio do exercício da participação política⁷.

Na realidade, os movimentos sociais vivem uma dialética de fluxo e de refluxo. O que se observou nos anos 90 foi um refluxo dos movimentos sociais, mas com a configuração de uma forma nova de presença de sua ideia originante na tessitura social, com uma temática importante para a literatura sociológica: a vinculação entre movimentos sociais e partidos políticos⁸.

A prática das candidaturas populares⁹, em que os eleitos deveriam prestar contas às suas bases, e onde residiria propriamente a força dos movimentos populares, levou a uma superação da descontinuidade entre movimentos populares e política partidária, com a difidência mútua que era característica do período anterior. O momento histórico exigia uma participação institucional, através dos

⁴ Id., p. 128 e 205.

⁵ Id., p. 145; 148-149, para uma história desses movimentos.

⁶ Id., p. 128.

⁷ Em 26 de junho de 1987, o então presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, entregou as emendas populares ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Cfr. http://www.ibase.br/userimages/DV_40_cultura.pdf, acessado em 21 de maio de 2009. Cfr. também RUSCHEINSKY, Aloísio., *Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos*, p. 237.

⁸ RUSCHEINSKY, Aloísio. *Op. cit.*, p. 203.

partidos e de outros canais políticos abertos pela Constituição de 1988, tais como os Conselhos Paritários e outras iniciativas populares, como referendos e plebiscitos.

Esses fatores criaram um quadro extremamente favorável ao surgimento de iniciativas de educação política, visando preparar as pessoas para atuarem conscientemente neste campo. Como as outras instituições sociais, também a Igreja foi influenciada por essas mudanças, não tanto por causa de um debate interno em torno de ideias, mas porque esse conflito social a levou a um novo posicionamento, ampliando seu conceito de sociedade e levando-a a rever sua missão, buscando novos caminhos para responder aos desafios¹⁰. É o que se analisará em seguida.

⁹ Id., 274-275.

¹⁰ Cfr. MAINWARING, Scott., *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*, p. 25.

3.2.

A Evangelização como Objetivo Geral da Igreja do Brasil

O marco eclesial favorável ao surgimento das Escolas de Formação Fé e Política foi se configurando durante os anos 80, quando a Igreja do Brasil assumiu uma nova perspectiva em seu trabalho pastoral, passando a “evangelização” a ser o centro de convergência da sua ação pastoral.

O objetivo Geral mudou, a partir de 1979, seu enfoque teológico-pastoral, que vinha desde 1966, com o Plano de Pastoral de Conjunto, e que tinha como base a eclesiologia da *Lumen Gentium*, em uma ênfase trinitária e na perspectiva da comunhão, a saber: “Levar todos os homens à plena comunhão de vida com o Pai e entre si, em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”¹¹.

Tal mudança de perspectiva foi engendrada a partir da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, resultado do Sínodo de 1974, e do Documento de Puebla, conclusivo da III Assembleia Geral do Celam, em 1979, que tiveram forte influência sobre a Igreja da América Latina.

Além desse novo enfoque, entraram para o Objetivo Geral da ação pastoral da Igreja no Brasil, a partir de 1979, expressões ético-teológicas relevantes para uma teologia das relações Fé e Política, como “opção pelos pobres”, “construção da sociedade justa e fraterna” e “Reino definitivo”, tendo sempre como cabeçalho o paradigma “evangelizar”¹². Essas indicações teológico-pastorais foram assimiladas pelos diversos planos pastorais das Dioceses, propiciando práticas pastorais de perfil popular, em uma linha sócio-transformadora.

O que se observa nesse novo contexto eclesial, que tem marcado a vida da Igreja no Brasil desde então, é a consciência eclesial de que não se pode evangelizar se a evangelização não atingir todas as dimensões da vida humana, inclusive a político-social. Isso se evidencia no Objetivo Geral na referência ao “povo brasileiro em processo de transformação”, objeto empírico da ação

¹¹ CNBB., *Plano de Pastoral de Conjunto*, p. 26.

evangelizadora, no critério evangélico da “opção pelos pobres”, e na finalidade de buscar uma “sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo”.

No que diz respeito à formação dos cristãos leigos, um impulso foi dado pela admoestação que fez João Paulo II em sua Carta ao Episcopado Brasileiro, por ocasião do encerramento da visita *ad limina* no ano de 1986. Nessa carta, afirma o Santo Padre:

“Uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de formar leigos, quer entre os ‘construtores da sociedade pluralista’, quer entre as massas populares, quer nos ambientes operários e rurais, quer entre os jovens, sempre em vista da sua presença atuante nas tarefas temporais. Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo”.¹³

Algumas observações sobre essa exortação do Papa são importantes. A primeira refere-se ao foco dessa formação. Nesse mesmo parágrafo, o Pontífice havia feito referência a alguns desafios de natureza sócio-econômica, tal como o “contraste entre dois Brasis” que “penaliza com seus tremendos desequilíbrios e desigualdades grandes massas populares condenadas a toda sorte de misérias”¹⁴. Em vista disso, o eixo transversal que deveria estar presente na formação a ser oferecida aos leigos seria o de capacitá-los a estarem presentes e atuantes na vida social, para responderem com sua índole secular a esses problemas.

Outra observação não menos importante refere-se a dois aspectos complementares. De um lado, oferecer aos leigos uma competência técnica satisfatória no campo em que atuarão, para que essa não seja amadora ou empirista. Por outro lado, trazer o específico cristão, isto é, a fé e a doutrina da Igreja, para que possam orientar seu agir no meio de suas tarefas temporais.

Nessa linha, um documento emblemático para a formação Fé e Política do laicato foi “Por um nova ordem constitucional”, também de 1986, que introduziu a Igreja nos anos 90. É importante ressaltar que o propósito principal desse documento foi o de contribuir para as discussões a respeito do processo de

¹² Uma análise mais detalhada dos diversos matizes que foram assumindo essas expressões nas diretrizes pode ser encontradas em: MELO, Antonio Alves., *A Evangelização no Brasil. Dimensões teológicas e desafios pastorais. O debate teológico e eclesial (1952-1995)*, p. 41-48.

¹³ JOÃO PAULO II., *Mensagem aos Bispos do Brasil*, n. 3, p. 9.

elaboração da nova Constituição, no bojo do grande movimento ético pela cidadania e ética na política¹⁵. Afirmam os Bispos:

“Compete ao leigo assumir, como tarefa própria, a instauração da ordem temporal, e nela agir de modo direto e concreto, guiados pela luz do evangelho. A autêntica espiritualidade do leigo envolve o propósito de construir a cidade dos homens segundo a dignidade essencial e inalienável da pessoa humana e integrar o compromisso sociopolítico como expressão da caridade, como amor a Deus e ao próximo.”¹⁶

Em consonância com essa nova postura e para responder aos desafios da realidade em transformação, desenvolveu-se uma prática por parte dos cristãos engajados. A ação social, tal como vinha se desenvolvendo desde o Plano de Pastoral de Conjunto, não estava correspondendo à complexidade da situação. Era preciso articular os trabalhos existentes e criar formas novas de presença eclesial, que considerassem não somente o aspecto individual em nível de consciência, mas que incidissem também na transformação das estruturas sociais¹⁷.

Tais circunstâncias exigiam um novo modelo de formação, para responder à complexidade do momento histórico. Nesse sentido, em um texto emblemático, os Bispos do Brasil destacam alguns elementos que deveriam estar presentes em uma educação política, a saber: ¹⁸

- a) aprender a fazer análise da realidade;
- b) conhecer propostas e práticas dos partidos e candidatos, aprendendo a respeitar a opção partidária dos outros;
- c) adquirir consciência crítica frente à realidade política;
- d) desenvolver a sua formação na fé e adquirir sólido conhecimento da doutrina social da Igreja para discernir e avaliar com critérios evangélicos a realidade e a ação política.

¹⁴ *Ibid.*, p. 8.

¹⁵ Uma apresentação pormenorizada desse documento pode ser encontrada em: PINHEIRO, José Ernane., *Em busca da redemocratização do País. Contribuição da Igreja Católica para a Constituição de 1987/1988*. In: FERNANDEZ, José cobo (Org.). *A Pastoral entre Puebla e Santo Domingo. Tensões e mudanças na década dos anos '80*, p. 45-66.

¹⁶ CNBB., *Por uma nova ordem constitucional*, n. 5, p. 4.

¹⁷ Id., *Pastoral Social*, n. 1-3, p. 7-10; COMISSÃO EPISCOPAL PARA O SERVIÇO DA CARIDADE, DA JUSTIÇA E DA PAZ., *A missão da Pastoral Social* (2), p. 16.

¹⁸ CNBB., *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*, n. 218, p. 93.

Esse modelo pedagógico-pastoral, que parte da realidade, desenvolve a consciência crítica e se ajuíza à luz da fé, foi adquirindo contornos próprios e passou a se chamar “Escolas de Formação Fé e Política”. Elas começaram a surgir em 1991, de tal modo que as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil para o quadriênio 1991-1994, depois de se perguntar a quem caberia a tarefa de dar uma formação estritamente política (Partidos? Entidades?) afirma: “Se não o fazem ou se fazem em dissonância com os valores evangélicos, a Igreja, querendo evangelizar a dimensão política, deverá fazê-lo.”¹⁹

Um marco eclesial nesse percurso histórico-pastoral, na gênese das Escolas de Formação Fé e Política, foi a Campanha da Fraternidade de 1996, embora duas escolas já estivessem atuantes. Sua preparação remota começou em junho de 1994, quando a coordenação dos diversos Regionais da CNBB reuniu-se e apresentou propostas de temas e de lemas. A partir dessa consulta, o Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB aprovou o tema “Fraternidade e Política”, e o lema “Justiça e Paz se abraçarão”²⁰.

A análise dos objetivos dessa Campanha destaca sua importância, isto é, por que ela foi fundamental para o despertar de muitas escolas de Fé e Política, evidenciando três aspectos²¹:

1) a insistência na formação política dos cristãos, para que o conceito de política se estendesse além de processos eleitorais e passasse a fazer parte do cotidiano familiar e eclesial, a fim de que “política” não fosse simplesmente identificada com “eleição”;

2) a necessidade de uma participação política ativa e consciente, através do exercício de cargos públicos, tendo sempre como objetivo a construção de uma sociedade favorável aos pobres;

3) a necessidade de cada pessoa ser realmente sujeito da ação política, exercendo sua cidadania através da construção de uma sociedade justa e fraterna.

¹⁹ CNBB., *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1991-1994*, p. 95.

²⁰ Dos 16 regionais presentes no encontro, 08 propuseram o tema ligado à Política. Tendo definido o tema e o lema, foram nomeados como coordenadores da elaboração do texto-base os padres Luís Bassegio, Ernanne Pinheiro e Elias Della Giustina. Fonte: *Arquivo sobre a Campanha da Fraternidade de 1996* (ainda não catalogado); Centro de Documentação e Informação da CNBB.

²¹ CNBB., *Justiça e Paz se abraçarão. Manual da CF/96*, n.7-8, p. 40.

Isso criou nas comunidades um clima propício para uma revisão do dualismo “Fé” e “Política”, provocando uma busca de interação entre essas duas esferas. Todas as Dioceses que responderam ao questionário de avaliação pós-Campanha (87, no total) destacaram que houve progresso na conscientização e na participação política dos fiéis, e que o tema foi bem aceito pela comunidade. No que diz respeito às Escolas de Formação Fé e Política, três Regionais da CNBB apontaram em sua avaliação essa Campanha como um impulso para as Escolas já existentes e como estímulo para a formação de novas²².

As escolas começaram a surgir pelo Brasil e a terminologia “Escola de Formação Fé e Política” foi se tornando usual nos documentos da CNBB para designar esse tipo de formação. Ela aparece pela primeira vez em um documento aprovado na assembleia geral de 1999 quando, constatando as dificuldades encontradas pelos cristãos leigos e leigas na militância política, destacam-se algumas iniciativas de acompanhamento e formação em andamento, entre elas as “Escolas de Formação Fé e Política”²³. Em outra ocasião, ressalta-se que a educação à solidariedade e ao engajamento social somente poderia ser adquirida através da “formação na ação”, segundo modalidades já experimentadas ou outras a criar, onde novamente essas escolas foram mencionadas²⁴.

Por fim, uma menção importante aparece no documento “Evangelização e Missão Profética da Igreja”, no qual se afirma o seguinte:

“No final dos anos 70 e durante os anos 80, houve grandes esforços de formação para uma atuação na realidade social e política, esforços que continuam nas atuais *Escolas de ‘fé e política’*, espalhadas por todo o Brasil. Nesse contexto, assume especial importância o recém-criado ‘Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara’ da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”²⁵.

O período histórico considerado nesta citação ressalta os movimentos da Ação Católica no final dos anos 70 e a pastoral popular dos anos 80, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base. Observa-se ainda a intenção de colocar as atuais Escolas de Formação Fé e Política em linha de continuidade com essas

²² Cfr. *Arquivo sobre a Campanha da Fraternidade de 1996* (ainda não catalogado): Centro de Documentação e Informação da CNBB.

²³ CNBB., *Missão e ministério dos cristãos leigos e leigas*, n. 131, p. 101.

²⁴ Id., *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil: 2003-2006*, n. 201, p. 117.

²⁵ Id., *Evangelização e Missão Profética da Igreja*, p. 96.

iniciativas, o que corresponde a uma prática usual no magistério da Igreja, isto é, buscar referências no passado para as iniciativas no presente. Por fim, evidencia-se o *novum* nesse aspecto da formação, que são Escolas de Formação Fé e Política, uma vez que já existiam várias em andamento nessa ocasião, destacando-se uma deferência ao “Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara”.

Este Centro articula as diversas experiências de Escolas de Formação Fé e Política presentes no Brasil, respeitando a legítima autonomia de cada uma delas e suas características regionais. Em seguida, apresentar-se-á uma classificação dessas escolas, para depois apresentá-las individualmente.

3.3.

Mapeamento e classificação das Escolas de Formação Fé e Política

Um dos eixos de ação do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara é a articulação das iniciativas de formação na área de Fé e Política. Por isso, esse Centro fez um mapeamento das experiências presentes no Brasil²⁶. Tomando-o como base e atendo-se exclusivamente às escolas de formação, pode-se agrupar essas experiências da seguinte maneira:

- 1) primeiro grupo: as escolas regionais, unindo várias Dioceses, às vezes vinculadas ao regional da CNBB;
- 2) segundo grupo: escolas diocesanas;
- 3) terceiro grupo: escolas ligadas a Movimentos;
- 4) quarto grupo: escolas pertencentes a Instituições de Ensino e a iniciativas da sociedade civil.

No primeiro grupo, como escolas vinculadas diretamente à CNBB tem-se o Curso de Formação Cristã para a Cidadania do Ibrades; a Escola de Fé e Política do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT/Curitiba, PR), do Regional Sul II; a Escola de Fé e Política Padre Humberto Plumm, do Regional Nordeste II, funcionando em Recife (PE), e a Escola de Fé Política do IPAR, do Regional Norte I, em Belém (PA). Como escola mantida por várias Dioceses, tem-se a Escola Cristã de Educação Política, do Interdiocesano Centro-Oeste do Regional Sul III da CNBB, em Santa Maria, e a Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania, do Interdiocesano norte do Regional Sul III da CNBB, em Passo Fundo. Posteriormente, essa última ficou pertencendo somente à Diocese de Passo Fundo.

A maioria das escolas pertencem ao segundo grupo, vinculadas às Dioceses. Em geral, elas surgiram como resposta aos desafios da formação Fé e Política, como iniciativa do Bispo Diocesano juntamente com a Pastoral de Fé e Política ou Conselho Diocesano de Leigos. Dentro desse grupo, têm-se as seguintes escolas: Escola de Fé e Política de Ji-Paraná (RO); Escola Diocesana de Educação Política da Diocese de Limeira (SP); Centro Diocesano de Formação Social e Política, em Jundiá (SP); Escola de Política e Cidadania de São José dos Campos (SP); Escola

²⁶ PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 131-138.

Diocesana de Formação Fé e Política da Diocese de Guarapuava (PR); Centro Sóciopolítico da Diocese de Nova Iguaçu (RJ); Escola de Formação Política de Pouso Alegre (MG); Escola Fé, Política e Trabalho, da Diocese de Caxias do Sul (RS); Escola Diocesana de Fé e Política da Diocese de Leopoldina (MG); Escola de Fé e Política da Diocese de Abaetetuba (PA); Escola de Fé e Política da Diocese de Umuarama (PR); e Escola de Fé e Política da Diocese de Divinópolis (MG).

O terceiro grupo é bastante diversificado, e nele se encontram as seguintes experiências: Movimento Fé e Política do Cursilho de Cristandade; Ministério de Fé e Política da Renovação Carismática Católica; Movimento Político pela Unidade (Focolares).

Finalmente, no último grupo temos as seguintes iniciativas: Movimento de Fé e Política de Campo Mourão (PR); Escola de Fé e Política de Auriflama (SP); Escola de Formação Política Dom Mário Zanetta (Canudos, BA); Escola de Formação Fé e Política (Belo Horizonte/Santa Luzia, MG); Formação de Líderes para o Exercício da Cidadania (Universidade Católica de Brasília); Ibrades (Brasília, DF); Fórum da Cidadania de Santos (SP); Sares (Manaus, AM); Educação para a Cidadania (Fortaleza, CE); Escola da Cidadania – Casa da Juventude Padre Burnier (Goiânia, GO).

Estas são as experiências de formação Fé e Política presentes no cadastro feito pelo Centro Nacional Fé e Política. Elas procuram viabilizar um processo de formação na área de política, motivados pela fé. Todas têm grande relevância para a Igreja do Brasil, em vista do trabalho que realizam na formação do laicato. No entanto, por causa de uma opção metodológica, nem todas as experiências relatadas serão consideradas nesse trabalho, mas somente aquelas iniciadas anteriormente ao ano de 2005 e pertencentes ao primeiro e ao segundo grupos, exceto o curso do Ibrades, já apresentado.

3.4.

Experiências concretas de Escolas de Formação Fé e Política

Pode-se afirmar *a priori* que todas as escolas procuram traduzir as grandes indicações teológico-pastorais e éticas do Ensino Social da Igreja. Embora tenham esse elo com o ensino social, as escolas diferem entre si, enquanto procuram responder ao seu contexto vital e enfatizam mais um ou outro aspecto da complexa realidade sociopolítica. Podem-se destacar as seguintes características, que aparecem em todas as escolas:

1) como não poderia deixar de ser, todas objetivam oferecer uma formação política aos leigos, com vistas a qualificá-los para agir de forma cristã no meio sociopolítico, pois eles são protagonistas no mundo da política;

2) essa formação política é enquadrada dentro de princípios éticos decorrentes da própria experiência humana e de motivações evangélicas, baseadas numa reflexão teológica crítico-transformadora e na prática da Igreja no Brasil, salientando-se a opção preferencial pelos pobres e a prática da justiça;

3) partindo de uma nova impostação Igreja-Mundo, todas destacam que a dimensão social é parte integrante da fé cristã, e que a evangelização não pode descurar esse aspecto;

4) finalmente, todas as escolas apontam em seu objetivo o compromisso da construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a partir de um agir político comprometido com o bem comum, que incita a um engajamento, tendo como ponto de partida a fé, com a finalidade de realizar a macrocaridade social.

O eixo pastoral para apresentação dessas experiências será a Campanha da Fraternidade de 1996. Com o tema “Fraternidade e Política” e o lema “Justiça e Paz se abraçarão”, essa Campanha teve grande influência na Pastoral Fé e Política das Dioceses e Paróquias, e motivou a criação de diversas Escolas.

No que diz respeito especificamente às Escolas, será utilizado o cadastro realizado pelo Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”²⁷. Dessa maneira, apresenta-se a experiência de treze Escolas de Formação Fé e Política,

²⁷ Cfr. PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 131-138. Por uma opção metodológica, algumas Escolas e experiências aí citadas não são objeto dessa pesquisa.

que foram fundadas até dezembro de 2005 e que estão diretamente ligadas à Diocese ou ao Regional da CNBB²⁸.

3.4.1.

Escolas fundadas antes da Campanha da Fraternidade de 1996

São duas as Escolas fundadas antes da Campanha da Fraternidade de 1996: Escola de Fé e Política de Ji-Paraná (RO) e Escola Cristã de Educação Política (Santa Maria/RS). É preciso acentuar que, enquanto a primeira foi iniciativa de uma Diocese, a segunda foi um projeto conjunto de várias Dioceses do Interdiocesano Centro-oeste do Regional Sul III da CNBB.

A motivação para a fundação dessas Escolas foi o compromisso social vivido pelas próprias Dioceses, que amadureceu no sentido de proporcionar uma formação sociopolítica para o povo. Embora pertencendo a regionais diferentes da CNBB, tais Escolas tinham em comum a realidade de uma Diocese engajada, em que o compromisso com a transformação social era vivenciado na vida eclesial, através do empenho das CEBs e de outros movimentos populares. Além disso, há que se destacar que ambas Escolas estão localizadas em áreas de conflito, especialmente os provocados pela questão da posse da terra.

Escola de Fé e Política de Ji-Paraná (RO), 1991

Essa é a Escola mais antiga do Brasil. Seu embrião está na Pastoral Político-Partidária, um projeto iniciado durante o ano de 1986 e instituído em dezembro desse mesmo ano. Na ocasião, Dom Antonio Possamai, Bispo diocesano, declarou o seguinte:

“Hoje estamos reunidos não é para fundar um partido da Igreja, não é uma reunião para membros de determinados partidos. É uma reunião para começarmos um trabalho de aprofundamento do conceito do compromisso político-partidário. É uma reunião para ajudar os cristãos que entenderam a dimensão política da fé, para

²⁸ Não contemplaremos as Escolas de Fé e Política das Dioceses de Divinópolis (MG) e de Umuarama (PR), pois, segundo informações, elas deixaram de funcionar e não havia material disponível sobre as mesmas.

que adquiram conceitos e convicções que os ajudem a serem fiéis à sua fé no engajamento político.”²⁹

No IV Plano de Pastoral, para o período de 1987 a 1990, essa Pastoral aparece já delineada em seus objetivos e compromissos, sendo que, dentre esses últimos, destaca-se a realização de momentos de formação política para a juventude, e de encontros de conscientização para os que já atuam na política, bem como de retiros espirituais para militantes³⁰.

É importante ressaltar que, embora essa opção pastoral *strito senso* pela formação política tenha sido feita formalmente pela Diocese de Ji-Paraná a partir do Plano de Pastoral de 1987, essa era uma preocupação que já havia desde sua criação, em 1983 por João Paulo II, por ser aquela uma área de grande conflito fundiário. Essa formação política *lato sensu* acontecia através do jornal “Anunciando e Defendendo”, de material para grupos de reflexão, da catequese em todos os níveis e de celebrações e encontros de massa³¹.

Esse percurso formativo feito junto às lideranças cristãs engajadas concorreu para a fundação da Escola de Fé e Política, no dia 21 de junho de 1991, no Centro de Formação da Diocese³², em uma experiência pioneira entre as então 260 dioceses³³. Nesse evento, o Bispo diocesano Dom Antonio Possamai enfatizou “a importância e a urgência do cristão leigo assumir com coragem a sua missão profética e evangelizadora neste campo da política tão difícil, perigoso e desacreditado, no momento atual da vida nacional e do povo brasileiro”. Afirmou ainda o Prelado diocesano que “é diante destes desafios que é preciso tomar posicionamentos e fazer opção clara, como cristãos, para construir uma nova ordem social e o Reino de Deus, no aqui e agora da nossa realidade”³⁴.

A proposta da Escola foi definida da seguinte maneira:

²⁹ Diocese de Ji-Paraná. **Anunciando e Defendendo**. Boletim da Diocese de Ji-Paraná. Janeiro de 1987, n. 38, p. 8.

³⁰ Diocese de Ji-Paraná. *IV Plano de Pastoral da Diocese de Ji-Paraná: 1987-1990*. Novembro de 1987, n. 205-209, p. 51-53.

³¹ PINHEIRO, José Ernane (Org.), *Formação dos cristãos leigos. Experiências e reflexão*, p. 122. Neste livro, o capítulo 3 da II parte é dedicado à experiência de formação dos leigos na Diocese de Ji-Paraná (p. 119-127).

³² Diocese de Ji-Paraná. *Livro de Atas da Escola de Fé e Política*. Livro I, p. 1.

³³ Ibid. Na oportunidade, o assessor do encontro, Gilberto Carvalho, enfatizou ainda a importância de iniciativas como esta. Elas abrem caminhos e criam laços de solidariedade e atuação conjunta de forças preocupadas com o bem comum, respeitando o pluralismo ideológico e a opção partidária do cristão.

³⁴ Ibid.

“Proporcionar ao povo católico da Diocese a possibilidade para desenvolver um conhecimento e uma reflexão sobre os conceitos básicos para atuar de maneira crítica e cristã na política, através do estudo de alguns dos seus principais projetos de sociedade e dos métodos para análise de conjuntura e estrutura, a partir do conhecimento bíblico-teológico”³⁵.

O objetivo geral, formulado a partir dessa proposta, ficou assim: “Formar e capacitar lideranças para o exercício da cidadania, através de uma atuação ética e competente no meio político-social”, decorrendo daqui vários objetivos específicos³⁶:

- Fortalecer a dimensão sociopolítica das Pastorais Sociais;
- Incentivar e apoiar grupos de Fé e Política existentes na Diocese;
- Formar grupos de assessores de Fé e Política para as CEBs;
- Proporcionar o entendimento e a compreensão das exigências da Fé relacionadas à Política;
- Capacitar para a prática transformadora do atual modelo em vista de uma nova sociedade.

Os destinatários dessa Escola seriam pessoas engajadas na política como cristãos, bem como coordenadores e membros de conselhos comunitários e pastorais, lideranças que exercem atividades na catequese e em grupos de reflexão, assim como membros das comunidades eclesiais de base, desde que se afinassem com a caminhada libertadora da Diocese.

A proposta pedagógica dessa escola é participativa, com diálogo entre cursistas e assessores, o que significa colocar em comum os conhecimentos e a prática, para levar os participantes a uma verdadeira consciência política e à prática pastoral. Os recursos didáticos utilizados variam muito, dependendo do tema e dos assessores, como: vídeos, textos selecionados, projetores, papelógrafos, lousa, exposições, encenações, debates, entre outros.

O curso divide-se em seis etapas, ao longo de dois anos. Temáticas de corte teológico-pastoral são trabalhadas nas 2^a, 5^a e 6^a etapas, respectivamente. Nas demais, são apresentados temas ligados à ciência política e às realidades brasileira e regional³⁷.

³⁵ Diocese de Ji-Paraná. *Regimento Interno da Escola Fé e Política*. Mimeo, p. 1.

³⁶ Cfr. Escola Diocesana de Fé e Política. *Folder de divulgação da Escola*. Ji-Paraná: Arquivo da Escola, 2007.

³⁷ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

São muitas as conquistas dessa Escola. O relatório da Diocese destaca os seguintes pontos: a participação de muitos leigos nos movimentos populares e a militância político-partidária, sendo que alguns eleitos desenvolvem uma boa administração; os que concluíram o curso são multiplicadores da formação política através de palestras, programas de rádios e boletins impressos. E o mais importante: a pastoral política vem se organizando na Diocese em todos os níveis³⁸.

Escola Cristã de Educação Política – Interdiocesano Centro-Oeste do Regional Sul III (Santa Maria, RS), 1995

A Escola Cristã de Educação Política é o resultado de um trabalho conjunto do Interdiocesano Centro-Oeste do Regional Sul III da CNBB, que compreende as Dioceses de Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana.

A proposta da escola apareceu em uma reunião do Interdiocesano, em Santa Maria. Em vista das eleições de 1994, um dos temas em pauta era “Igreja e Educação Política”, assunto que teve a assessoria do professor João Pedro Schmidt. Depois da explanação e dos trabalhos realizados em grupos por Diocese, apareceu na plenária a proposta de se formar uma Escola de Educação Política Interdiocesana. Como encaminhamento de tal proposta, foi agendada uma reunião dia 01 de agosto de 1994, com um representante de cada Diocese, para viabilizar esse projeto³⁹.

O início da primeira turma aconteceu em julho de 1995, e sua formatura foi em 28 de julho de 1996. Dos 86 alunos que iniciaram o curso, 63 chegaram ao final⁴⁰; desses, trinta e nove concorreram nas eleições de 1996, sendo que nove conseguiram se eleger⁴¹.

³⁸ PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Formação dos cristãos leigos. Experiências e reflexão*, p. 126-127.

³⁹ Secretariado Diocesano de Pastoral. *Ata do Interdiocesano Centro-Oeste Regional Sul III da CNBB*. Ata 02/94. Santa Maria: Mimeo, 1994.

⁴⁰ **Jornal Extra Classe**. “Escola cristã de política forma a primeira turma”. Santa Maria, 16 de agosto de 1996.

⁴¹ O **Jornal “Zero Hora”** de Porto Alegre destacou, em sua edição de 17 de outubro de 1996, a manchete “Escola cristã ensina novatos na política”, em cuja matéria apresentou o caso de alguns

A Escola apresenta como objetivo geral:

“Capacitar lideranças para intervir na vida política a partir de princípios éticos e valores evangélicos, na perspectiva da construção de uma sociedade justa, solidária e participativa, como expressão do mutirão por um novo Brasil”⁴².

A partir disso, decorrem alguns objetivos específicos:

- Formar assessores para as comunidades cristãs, entidades e organizações populares.
- Aprofundar a formação política dos agentes de pastoral e dos militantes cristãos.
- Formar lideranças para coordenar organizações populares, para o exercício de cargos eletivos e político-partidários.
- Articular as forças sociais, participando na construção do Brasil que queremos⁴³.

O curso é anual e está dividido em cinco etapas, sendo que, até 2007, a 1ª e a 5ª etapas eram realizadas em comum pelo Interdiocesano, e as intermediárias (2ª, 3ª, 4ª), em cada Diocese. A estruturação foi modificada a partir de 2008, de tal modo que as etapas passaram a ser realizadas uma em cada Diocese⁴⁴.

No que se refere à programação do curso, os conteúdos das ciências sociais e políticas são apresentados juntamente com temáticas de fundo teológico-pastoral, sejam ligadas estritamente à Doutrina Social da Igreja ou a aspectos da religiosidade em geral. Importa, assim, destacar que esses temas, sob diferentes nomenclaturas, estão distribuídos ao longo de todas as etapas, não se restringindo somente a uma delas⁴⁵.

3.4.2.

Escolas surgidas em decorrência da Campanha da Fraternidade de 1996

Como ficou evidenciado, a Campanha da Fraternidade de 1996 teve uma abrangência enorme. Além do aspecto político formal, em vista das eleições

eleitos formados pela escola. Foram eleitos nove ex-alunos: um prefeito, dois vice-prefeitos e seis vereadores.

⁴² Escola Cristã de Educação Política. *Folder de divulgação*. Santa Maria: Arquivo da Escola, Mimeo, 2007.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

⁴⁵ Id.

daquele ano, essa 32ª Campanha da Fraternidade abriu um amplo leque de iniciativas, ao mesmo tempo em que sedimentou experiências em andamento. Assim, essa campanha motivou encontros de Fé e Política, grupos de acompanhamento de Câmara, candidaturas ligadas a movimentos populares e, entre outros aspectos, a fundação de Escolas de Formação Fé e Política. Como fruto imediato desse trabalho, temos a Escola de Fé e Política do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT/Curitiba, PR); a Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania (Interdiocesano norte – Regional Sul III da CNBB), e a Escola Diocesana de Educação Política (Diocese de Limeira/SP).

A primeira dessas Escolas, motivada pela CF de 1996, é a do CEPAT, que começou sua formação política em parceria com o Regional Sul II da CNBB, a partir da consciência da importância da participação dos leigos na política e da constatação da insuficiência formativa dos partidos a seus filiados. Seus eixos eram a “pluralidade” e a aposta no “local”, como espaços privilegiados do agir político, sendo seu público-alvo os que fazem a política no município (vereadores, secretários municipais, dirigentes de partidos), bem como lideranças do movimento social e das pastorais da Igreja ⁴⁶.

Essa Escola apresentava como objetivo geral:

“Contribuir na capacitação de lideranças inseridas na vida política local a partir de princípios éticos e valores evangélicos, na perspectiva da construção de uma sociedade economicamente justa, ecologicamente sustentável, politicamente democrática, socialmente solidária e culturalmente plural”⁴⁷.

A metodologia utilizada enfatizava a participação, sendo que as referências das discussões na Escola partiam sempre da prática e do conhecimento político dos cursistas, uma vez que o curso buscava uma forma de construção coletiva e, nesse sentido, a celebração da vida dos participantes era uma constante⁴⁸.

O conteúdo formativo era dividido em seis módulos com temas políticos, sendo que o conteúdo teológico-pastoral é considerado um conteúdo permanente e se expressa através da reflexão ético-teológica à luz do Ensino Social Cristão, da celebração eucarística bem preparada e vivenciada, e da relação Fé-Política e Fé-

⁴⁶ PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 136.

⁴⁷ Boletim **CEPAT Informa**. Mimeo, 1996, p. 4.

⁴⁸ Ibid.

Vida. Isso se faz a partir de testemunho de vida dos participantes, de leitura de textos ou de relatos de pessoas convidadas⁴⁹.

A Escola funcionou até 2006 e foi responsável por fomentar outras iniciativas semelhantes, tanto no Paraná como em outros Estados. Nesse ano, ela deixou de funcionar, pois julgou-se que, em dez anos de existência, já havia cumprido seu papel.

Em seguida, apresentam-se as Escolas de Formação Fé e Política surgidas na Campanha da Fraternidade de 1996, que continuam seu trabalho formativo.

Escola Cristã de Formação Política: Ética, Política e Cidadania – Interdiocesano norte da CNBB, Regional Sul III/RS, 1996

A Escola nasceu como gesto concreto da Campanha da Fraternidade de 1996, em uma iniciativa das Dioceses que compõem o Interdiocesano norte da CNBB, Regional Sul III, no Rio Grande do Sul, com as seguintes Dioceses: Passo Fundo, Erechim, Vacaria e Frederico Westphalen.

A proposta da formação dessa escola foi discutida e aprovada pelos Bispos das quatro Dioceses, ficando como objetivo geral: “Contribuir para a formação política dos cristãos, para que exerçam sua cidadania sendo sujeitos da construção de uma sociedade justa e solidária”. Ficou ainda acertado que esse curso aconteceria em Passo Fundo, por ser o local mais central para as Dioceses participantes desse projeto⁵⁰.

Os objetivos específicos ficaram assim:

- Contribuir para a formação política, ética e cidadã dos cristãos, na perspectiva de uma cultura da solidariedade.
- Criar condições para ampliar a visão política dos agentes comunitários e lideranças sociais.
- Capacitar lideranças cristãs para melhor contribuir nas organizações da sociedade civil e no exercício da prática da política.

⁴⁹ PINHEIRO, José Ernanne (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 138.

⁵⁰ Cfr. Diocese de Passo Fundo. **Jornal “Presença Diocesana”**. Fevereiro de 1996, p. 5; Cfr também: Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania. *Folder de divulgação*. Passo Fundo: Arquivo da Escola, 2008.

- Cultivar a mística cristã para atuação social.
- Aprofundar as práticas de lideranças, oferecendo princípios e critérios para uma análise crítica dos fatos e acontecimentos.
- Ser um espaço motivador e impulsionador de novas práticas.

As primeiras aulas aconteceram dias 15, 16 e 17 de março de 1996, na casa de campo das Irmãs de *Notre Dame*, e reuniram 76 pessoas, entre filiados a partidos políticos e integrantes de movimentos e associações comunitárias. Dos participantes, muitos eram candidatos às eleições municipais daquele ano, além de políticos que já exerciam mandatos e sindicalistas⁵¹.

A escola caracteriza-se pela sua identidade cristã, demonstrada em seu nome: “Escola Cristã de Formação Política”, sendo esse seu enfoque principal. Entre os anos de 1996 e 2000, participaram desse curso 292 pessoas, sendo que 57,5% desses participantes eram agentes pastorais, ligados diretamente às comunidades das Dioceses pertencentes ao Interdiocesano⁵², o que propiciava um ambiente favorável à discussão das relações entre Fé e Política.

A metodologia adotada pela Escola foi o tripé “ver, julgar, agir”, consagrado desde a Ação Católica na ação educativa da Igreja e dos movimentos populares. As técnicas escolhidas variavam: palestras, painéis, seminários, trabalhos em grupo, encenações, jogos educativos. A preocupação era conferir seriedade às atividades, num clima de descontração e integração entre os participantes⁵³.

Durante o período em que funcionou como uma Escola Interdiocesana, o curso foi organizado em cinco etapas, sendo que cada etapa acontecia em um final de semana. O conteúdo teológico-pastoral estava presente na segunda e na terceira etapas, com Bíblia e Ensino Social da Igreja, respectivamente⁵⁴. Esta experiência de uma Escola interdiocesana continuou até o ano 2000, quando, devido aos custos envolvidos em sua realização, ficou decidido que a escola deveria acontecer em cada Diocese do Interdiocesano. Assim, esse trabalho continuou nas

⁵¹ Cfr. **Jornal Zero Hora** (Porto Alegre), 18/03/1996, p. 14. O jornal deu destaque a esta escola com a manchete: “Igreja promove curso para líderes políticos”.

⁵² Cfr. Escola Cristã de Formação Política: Ética, Política e Cidadania. *Fichas de Inscrição dos alunos*. Passo Fundo: Arquivo da Escola.

⁵³ Id. *Conteúdos da Escola de Educação Política*. Passo Fundo: Arquivo da Escola, Mimeo, 1996.

Dioceses de Passo Fundo e Erechim, mas foi interrompido nas demais. Sobre esta última, não foi possível conseguir material e não se sabe se ainda funciona.

Quanto à Diocese de Passo Fundo, o primeiro curso aconteceu em 2001. Depois, a Escola interrompeu por alguns anos suas atividades e as recomeçou em 2006, por insistentes apelos dos leigos na Assembleia Diocesana de Pastoral⁵⁵. Um “Projeto de Articulação” foi preparado, envolvendo os seguintes órgãos: Centro Diocesano de Pastoral, o Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo, Equipe de Comunicação Diocesana, Equipe de Liturgia Diocesana e Pastorais Sociais⁵⁶.

Na nova etapa da Escola, agora Diocesana, foram mantidos os objetivos da época do Interdiocesano, mas a metodologia e o conteúdo foram modificados: o curso começa na sexta à noite e continua no sábado (manhã e tarde). Ele é distribuído ao longo de cinco etapas, sendo que a última é em forma de Seminário, para partilha de práticas de exercício de cidadania.

O conteúdo teológico-pastoral aparece agora nas terceira e quarta etapas, a partir de um conteúdo bíblico e da temática do Ensino Social da Igreja, incluindo os Direitos Humanos. Nessa reorganização do conteúdo, procurou-se privilegiar a política em sentido amplo, como exercício da cidadania⁵⁷. Importa, ainda, ressaltar que essa Escola tem o apoio do Itepa, que fornece um certificado aos que concluem o curso.

Escola Diocesana de Educação Política – Diocese de Limeira (SP), 1997

A Escola Diocesana de Educação Política, de Limeira, teve início a partir de uma formação para o clero no ano de 1996, com o tema: “Análise da realidade

⁵⁴ Cfr Anexo 1. Programas das Escolas de Formação Fé e Política.

⁵⁵ O plenário da Assembleia Diocesana destacou a necessidade de dar continuidade ao processo formativo, sendo citada explicitamente a Escola Cristã de Formação Política. Cfr. Diocese de Passo Fundo. **Jornal “Presença Diocesana”**. Dezembro de 2005, p. 9.

⁵⁶ Cfr Centro Diocesano de Pastoral. *Projeto de Articulação*. Passo Fundo: Arquivo da Escola, mimeo, 06/03/2006.

brasileira e Desafios para a Igreja”. O ponto de partida dessa formação foi a Campanha da Fraternidade daquele ano, cujo tema era “Fraternidade e Política”. Organizou-se, então, um grupo de trabalho formado por alguns padres e leigos, para criar subsídios para a preparação das eleições. Como desdobramento desse empenho, uma nova Comissão foi constituída no dia 19 de abril de 1997 para pensar uma formação política, recebendo o nome de “Grupo Diocesano”, a qual começou a se reunir mensalmente. Assim foi nascendo a “Escola Diocesana de Educação Política”⁵⁸.

É preciso acentuar que essa escola nasceu para responder a uma demanda crescente de leigos envolvidos em pastorais sociais e na política partidária, bem como de lideranças que realizavam um trabalho de acompanhamento das Câmaras de Vereadores em alguns municípios da Diocese, autodenominando-se “Pastoral Política”⁵⁹.

As finalidades colocadas para essa Escola foram as seguintes:

- a) formação de cidadãos para um agir político mais consciente e produtivo na comunidade;
- b) formação de cristãos com embasamento em política e firmes na fé;
- c) defender a democracia, a independência e o respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção religiosa ou política⁶⁰.

O curso se baseia na experiência cotidiana dos alunos participantes, na vivência do grupo ao longo dos temas desenvolvidos. A prática pedagógica visa desenvolver a capacidade de fala, de comunicação e ação dos participantes. O curso pretende trabalhar na linha da história individual e coletiva, das ciências teológicas em perspectiva ecumênica e interreligiosa.

A aula inaugural aconteceu no dia 06 de setembro de 1997, com a presença de professores, alunos, membros do Grupo Diocesano e do Bispo Diocesano Dom Ercílio Turco. Em seu discurso, ele afirmou que “o cristão versado na política, firme na fé, abre caminho para a evangelização que é vida, que é amor e serviço”.

⁵⁷ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

⁵⁸ TANGERINO, Márcio Roberto Pereira. *A Escola Diocesana de Educação Política da Diocese de Limeira - EDEP. Uma análise sociológica*. **Fragmentos de Cultura** vol. 9 (5) 1999, p. 1032.

⁵⁹ Id., p. 1041.

⁶⁰ Escola Diocesana de Educação Política. *Estatuto*. Artigos 1º e 2º. Diocese de Limeira, 1997, mimeo.

Disse, ainda, o Prelado diocesano, que “o referencial para isto é a Doutrina Social da Igreja, que ilumina nosso olhar para a construção da cidadania”, auspiciando que essa escola “possa formar politicamente cristãos optando pelo seu partido, mas com um agir básico de cristãos”⁶¹.

O objetivo desta Escola apresenta-se da seguinte maneira⁶²:

“Capacitar agentes de pastoral e militantes políticos e de movimentos sociais à atuação na política, proporcionando-lhes instrumentos de análise de conjuntura e conscientização conceitual sobre partidos políticos, movimentos sociais e estratégias participativas na política”.

Ficou definido que essa Escola teria a duração de dois anos, com encontros quinzenais, totalizando 40 encontros (vinte encontros em cada ano), funcionando na cidade de Araras. Os temas escolhidos foram: Análise de Conjuntura; Ideologia Políticas; Os Meios de Comunicação Social e a Política; O Poder Político; Fé e Política; História da Igreja; Cristologia; Doutrina Social da Igreja⁶³.

Até o ano de 2004, a Escola funcionou dessa maneira. Houve então uma interrupção do curso, que em 2007 foi retomado, agora dentro do Centro de Teologia para Leigos, na cidade de Limeira. Considerando a experiência acumulada nos primeiros anos de funcionamento, esse conteúdo foi reorganizado em cinco grandes blocos: Bloco de Aulas Introdutórias; Bloco de Economia e Política; Bloco de Cristologia; Bloco sobre Partidos Políticos, Sindicatos e Movimentos Sociais no Brasil; Bloco de Doutrina Social e História da Igreja no Brasil⁶⁴.

O estudo sociológico dessa escola evidencia os seguintes aspectos relevantes⁶⁵:

- a) o baixo percentual de mulheres inscritas no curso, sendo elas, no entanto, a maioria nos trabalhos intra-eclesiais;

⁶¹ Grupo Diocesano. *Ata de Registro da Aula Inaugural da Escola Diocesana de Educação Política*. Livro de Atas I, folha 6, 06/09/1997.

⁶² Diocese de Limeira. *Folder de divulgação. Fé e Política. Elementos instrumentais na política. Centro Diocesano de Formação Teológica*. Mimeo, 2008.

⁶³ TANGERINO, Márcio Roberto Pereira. *A Escola Diocesana de Educação Política da Diocese de Limeira - EDEP. Uma análise sociológica. Fragmentos de Cultura* vol. 9 (5) 1999, p. 1034-1035.

⁶⁴ Escola Diocesana de Educação Política. *Folder de Divulgação*. Limeira, Arquivo da Escola, 2007. Cfr. também Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

⁶⁵ TANGERINO, Márcio Roberto Pereira. *A Escola Diocesana de Educação Política da Diocese de Limeira - EDEP. Uma análise sociológica. Fragmentos de Cultura* vol. 9 (5) 1999, p. 1034-1035., p. 1043.

- b) a média de idade dos participantes, relativamente alta, mostrando que esse curso não consegue atrair os jovens ou então que a questão política lhes é indiferente;
- c) o grau de instrução dos participantes, sendo que a maioria dos participantes apresenta curso superior ou 2º grau completo;
- d) a ausência de curistas oriundos do campo, uma vez que grande parte dos municípios está ligada a atividades agrícolas.

Tendo apresentado estas escolas surgidas no bojo da preparação para a Campanha da Fraternidade de 1996, ver-se-á em seguida as surgidas após essa Campanha, como decorrência da sua realização.

3.4.3.

Escolas Pós-Campanha da Fraternidade de 1996

As Campanhas da Fraternidade têm uma duração limitada, coincidindo com o período quaresmal. No entanto, as iniciativas que despertam se prolongam no tempo e vão se configurando em um trabalho organizado e sistemático, por vezes assumindo o *status* de “pastoral”. Assim, as iniciativas da CF de 1996, tais como caminhadas, debates políticos, fóruns de cidadania, encontros diocesanos de Fé e Política e outras iniciativas, foram amadurecendo e gestando Escolas de Formação Fé e Política. Em geral, a iniciativa para formar escolas foi do Bispo Diocesano, do Conselho Diocesano de Leigos ou, ainda, de lideranças engajadas na Política.

São oito as Escolas que foram fundadas pós-1996, com uma influência indireta dessa Campanha. São elas: Centro Diocesano de Formação Social e Política (Jundiaí/SP); Escola Diocesana de Formação Fé e Política (Guarapuava/PR); Escola de Política e Cidadania (São José dos Campos/SP); Centro Sóciopolítico da Diocese de Nova Iguaçu (RJ); Escola de Formação Política (Pouso Alegre/MG); Escola de Fé e Política “Padre Humberto Plummén” (Recife/PE); Escola de Formação: Fé, Política e Trabalho (Diocese de Caxias/RS); e Escola Diocesana de Fé e Política (Leopoldina/MG).

Desse grupo de Escolas, duas não estavam em atividade quando da realização dessa pesquisa. A primeira delas, iniciada em 1999, é o Centro Diocesano de Formação Social e Política de Jundiaí. Este Centro, que constituía-se num serviço que a Diocese de Jundiaí oferecia a todo cidadão de boa vontade,

funcionava sob a supervisão do Bispo Diocesano, em sintonia com as pastorais, buscando difundir a Doutrina Social da Igreja, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna⁶⁶. A aula inaugural aconteceu no dia 05 de fevereiro de 1999, e foi ministrada pelo jurista José Gregori, então titular da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, recebendo destaque na Imprensa local⁶⁷.

O objetivo do Centro era orientar e formar agentes e lideranças para que se empenhassem conscientemente na ação política e sócio-transformadora, a partir de princípios éticos e evangélicos. Ele pretendia atingir as lideranças de partidos políticos, membros da administração pública, integrantes e assessores de organizações, entidades, movimentos, pastorais sociais e pessoas ligadas à área da educação⁶⁸.

Além desse objetivo geral, o Centro tinha os seguintes objetivos específicos:

- Criar espaço para reflexão, troca de experiências e estudos.
- Contribuir para a formação e informação do cidadão, conscientizando-o de seus deveres, direitos e responsabilidades na promoção do bem comum.
- Capacitar lideranças, leigos e leigas, tendo como referência a Doutrina Social da Igreja, para participar nas decisões que fortaleçam o exercício da cidadania e a melhoria das condições de vida da comunidade.
- Sensibilizar os cristãos para que assumam, com fé e coragem, o compromisso evangélico da participação na Política.
- Fomentar o pensamento e a prática social cristã nas atuações das pastorais e outros organismos.

O curso desenvolvia-se através de quatro módulos, distribuídos ao longo de um semestre. Seu conteúdo teológico-pastoral aparecia no módulo II, no qual era contemplada a Doutrina Social da Igreja, com seus princípios éticos da solidariedade e subsidiariedade. Os demais módulos abordavam temas relacionados à cidadania, ética e administração pública.

Sua metodologia era composta por:

⁶⁶ Centro Diocesano de Formação Social e Política. *Material de Divulgação*. Jundiá: Arquivo da Diocese, 2008.

⁶⁷ O jornal local destacou no caderno de Política a manchete: “Igreja inicia Centro de Formação Política”. **Jornal da Cidade**, 04/02/99, p. 3.

- Cursos, seminários, encontros, debates, fórum.
- Trabalhos de formação, sensibilização e dinâmicas.
- Publicações avulsas ou em parceria.

Além da Escola, o Centro desenvolvia outras atividades, como encontros com políticos cristãos, e mantinha um fórum permanente na área de Educação, Saúde e Assistência Social⁶⁹. Com a vacância do Bispo da Diocese, o Centro interrompeu seus trabalhos, à espera da nomeação de um novo Prelado, para continuar suas atividades.

Outra Escola que não estava em atividade quando da realização desta pesquisa era a ligada ao Centro Sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu (RJ). Esse Centro nasceu em 2001, com o objetivo de ser um espaço de articulação constante de formação, de pesquisa, de informação e documentação. Sua missão era resgatar o sentido político da fé, formar e apoiar os que militam na sociedade civil organizada⁷⁰.

Este Centro da Diocese de Nova Iguaçu apresentava, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Confrontar a práxis política dos que atuam nos espaços sociais, sindicais e partidários com as informações e conhecimentos a fim de possibilitar uma melhor intervenção nas políticas públicas;
- Criar condições para viabilizar candidaturas político-partidárias que expressem uma concepção política ética, popular e transformadora.

Desde 2003, este Centro mantinha uma Escola de Formação Política, como uma de suas linhas de ação. Ela foi o resultado da parceria entre o Centro sociopolítico da Diocese de Nova Iguaçu com o Núcleo de Estudos e Pesquisas “Filosofia, Política e Religião”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense⁷¹.

⁶⁸ Diocese de Jundiáí. *Projeto de Criação do Centro Diocesano de Formação Social e Política*. Mimeo, 1999.

⁶⁹ Centro Diocesano de Formação Social e Política. *Material de Divulgação*. Jundiáí: Arquivo da Diocese, 2008.

⁷⁰ Diocese de Nova Iguaçu. Centro Sociopolítico. *Folder de divulgação*. Mimeo, 2004. O jornal “O Dia” de Nova Iguaçu (27/08/2001) publicou uma matéria com o título “Igreja investe na formação de políticos”, na qual destaca a eleição para vereador de André Inácio dos Santos (“Tafarel”), em Mesquita, frequentador do Centro Sociopolítico.

⁷¹ Id. *Projeto de Parceria*. Mimeo, 2005. O **Jornal Hoje** de Nova Iguaçu publicou uma matéria em sua edição de março/2003 com o título “Escola de Política na Baixada”, em que destaca a

O curso, de cunho ecumênico e suprapartidário, procurava capacitar lideranças populares baseado em uma metodologia que partia da experiência sociopolítica e ajudava a integrar a prática com a teoria. Além disso, procurava seguir uma perspectiva crítica que ajudasse a pensar, articular e atuar de uma forma transformadora sobre a realidade⁷².

O programa formativo constava de três módulos, desenvolvidos ao longo de um ano. O primeiro módulo era chamado de “Introdução à Política”. Ele partia da experiência sociopolítica dos participantes e nele discutiam-se as implicações éticas e ideológicas do agir político em uma sociedade neoliberal. O segundo módulo analisava as políticas no Brasil, enfatizando três temáticas: Educação, Saúde e Assistência Social. Finalmente, o terceiro módulo, chamado de “Controle social e disputa do poder na baixada fluminense”, debatia o papel dos diversos agentes sociais — entre eles, a Igreja — envolvidos na construção, na disputa e no controle do poder político local⁷³.

A Escola funcionou de 2003 até 2007, ligada ao Centro sociopolítico. No ano seguinte, foram assumidos pelo Centro novos projetos de inserção política, ficando o curso regular de política vinculado somente à Universidade Federal Fluminense.

A última escola que não estava exercendo suas atividades, quando da realização desta pesquisa, é a Escola de Formação Política de Pouso Alegre (MG). A ideia dessa escola surgiu de um projeto em andamento na cidade de Pouso Alegre, chamado de “Universidade Cidadã”, gerido pela ONG “Centro de Assessoria Sapucaí”, que visava oferecer formação para a cidadania, em parceria com a Arquidiocese de Pouso Alegre. Durante o ano de 2002, foram feitos os encontros preparatórios para a estruturação desta Escola, com membros do Centro de Assessoria Sapucaí, da coordenação de Pastoral da Arquidiocese e alguns vereadores da cidade⁷⁴.

Tendo formatado a escola em 2002, partiu-se para a sua divulgação nas paróquias e comunidades. Um número expressivo de 150 pessoas iniciou a

inauguração da Escola de formação política, com a presença dos Bispos Dom Luciano Bergamin (Nova Iguaçu) e de Dom Mauro Morelli (Duque de Caxias).

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Arquidiocese de Pouso Alegre., *Assessoria de Fé e Política*. Mimeo, 2008.

primeira turma da Escola no ano de 2003, mas apenas quarenta concluíram o curso no ano seguinte. Por isso, o curso, que tinha a duração de dois anos, com onze módulos, foi reformulado. Em 2005, o curso passou a ter a duração de apenas um ano, com seis módulos: três no primeiro semestre e três no segundo semestre⁷⁵.

O curso tinha por objetivo aprofundar o conceito de “Política” através do estudo e da reflexão do tema em si e de temas correlatos. Ele destinava-se a todos, mas seu público-alvo eram os envolvidos no mundo da política. Desenvolvia-se durante seis sábados, com 8 horas/aula cada. Por causa de um convênio celebrado com a Faculdade Católica de Pouso Alegre, os concluintes recebiam um certificado de Curso de Extensão na área de Política, ligado à Faculdade de Filosofia⁷⁶. Esse curso foi interrompido em 2006 e ainda não foi retomado, pois o número de inscritos naquele ano não foi suficiente para que se desse continuidade ao convênio com a Faculdade Católica.

É importante destacar que, apesar de não exercerem mais suas atividades, essas escolas muito contribuíram para construir um caminho nessa área de Fé e Política, servindo sua organização como modelo para outras escolas de Fé e Política.

Após a apresentação das escolas que não estão em atividade, ver-se-à as cinco escolas que foram iniciadas após a Campanha da Fraternidade e estão em andamento pelas diversas Dioceses.

Escola Diocesana de Formação Fé e Política (Guarapuava/PR), 2002

A Escola teve sua origem em uma reunião de um grupo de leigos, convocada pelo Bispo Diocesano Dom Wagner da Silva, em maio de 2001, para iniciar uma pastoral política na Diocese. Ele solicitou que se estudasse a possibilidade de organizar um trabalho de formação nessa área, em âmbito diocesano, a fim de se atender as orientações da Igreja no Brasil sobre formação política. A ideia foi debatida pelos presentes e se concluiu que valeria a pena

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Ibid..

envidar todos os esforços nesse projeto, pois seria a oportunidade de se formar uma nova mentalidade no que tange a política⁷⁷.

Durante o ano de 2001, ocorreram vários encontros desse grupo, ampliado com a participação de outras pessoas, para que fosse redigido um projeto com objetivos, metodologia e conteúdo. De início pensou-se em chamar esse projeto de “Arautos da Nova Política” ou simplesmente de “Escola de Política”. Por fim, entendeu-se que o melhor seria definir os objetivos, para depois escolher um nome.

A partir de tal proposta, definiu-se essa escola como sendo de formação política, com critérios evangélicos e éticos, de confissão católica, aberta a todos os interessados, tendo como clientela mais específica agentes de pastoral e líderes comunitários, bem como pessoas interessadas na atuação política e todos os que desejam conhecer e aprofundar o exercício da cidadania. Como objetivo geral, o projeto propunha:

“Oferecer um espaço de reflexão, de partilha, de esperança e de conteúdos doutrinários multidisciplinares, com caráter religioso, filosófico e histórico, para contribuir na construção da cidadania, valorizando os critérios evangélicos e éticos, visando uma nova cultura política”⁷⁸.

Feito isto, foram definidos os objetivos específicos:

- Capacitar cidadãos para exercitar com mais responsabilidade e competência os cargos eletivos e não-eletivos na esfera pública e privada.
- Criar uma nova mentalidade política capaz de provocar mudança a partir de uma visão cristã e de conhecimentos interdisciplinares.

Definido o conceito da escola e seus objetivos, foi escolhido o nome de “Escola Diocesana de Formação Fé e Política”. O conteúdo foi organizado em quatro grandes blocos, cada um deles com suas respectivas disciplinas, totalizando dois anos, a saber:

- 1) a política como prática do bem comum;
- 2) aspectos da realidade que nos circunda;

⁷⁷ Cfr. Grupo de Pastoral Política. *Memória da 1ª reunião*. Guarapuava: Mimeo, 04 de maio de 2001. Esse histórico vem desenvolvido em LEMOS, Tales Falleiros., *Educação e Igreja. A experiência da Escola Diocesana de Fé e Política de Guarapuava, 2001-2002*, p. 40.

⁷⁸ Grupo de Pastoral Política. *Ata da Reunião*. Guarapuava: Mimeo, 02 de setembro de 2001. Citado também em LEMOS, Tales Falleiros. *Educação e Igreja: a experiência da Escola Diocesana de Fé e Política de Guarapuava, 2001-2002*, p. 43.

3) a construção da cidadania: por uma nova cultura política;

4) critérios de ação⁷⁹.

Durante o biênio 2003-2004, a Escola funcionou com seu curso regular. Com a formatura da primeira turma e por causa da falta de inscritos, esse curso regular foi interrompido. No entanto, a Escola continuou realizando outras atividades, tais como: Seminários, Debates, Simpósios, entre outros⁸⁰. Paralelamente, foi se desenvolvendo o projeto de uma parceria entre a Diocese de Guarapuava e a Unicentro, para que o curso de Fé e Política fosse certificado por uma instituição de ensino⁸¹.

O projeto de parceria previa que a Diocese oferecesse o espaço físico e a infra-estrutura necessários ao curso, ao passo que os professores seriam da Universidade⁸². O projeto foi aprovado pela Universidade, e o biênio 2007-2008 funcionou com sua certificação⁸³, com uma reformulação da programação do curso, distribuído em módulos, sendo que, no 1º e no 2º módulos, aparecem os conteúdos de corte teológico-pastoral⁸⁴.

Escola de Política e Cidadania - São José dos Campos (SP), 2002

A história desta Escola começa em 1992, quando um grupo de cristãos leigos resolve interferir diretamente no processo eleitoral do município de São José dos Campos, apontando e apoiando um nome para a Câmara Municipal. O grupo trabalhou decididamente e elegeu o nome proposto. Após o período eleitoral, passou a chamar-se Grupo Cristão de Ação Política, com o objetivo de aprofundar as relações Fé e Política e de ser um conselho de mandato da vereadora eleita⁸⁵.

⁷⁹ Grupo de Pastoral Política. *Ata da Reunião*. Guarapuava: Mimeo, 31 de janeiro de 2002.

⁸⁰ Escola Diocesana de Formação Fé e Política. *Relatório das Atividades 2005-2007*. Guarapuava: Mimeo, 29 de julho de 2007.

⁸¹ Grupo de Pastoral Política. *Ata da Reunião*. Guarapuava: Mimeo, 03 de novembro de 2006; 07 de março de 2008.

⁸² Unicentro. *Curso de Extensão*. Guarapuava: mimeo, 01 de setembro de 2006.

⁸³ Id. *Resolução 47/2007*. Guarapuava: Mimeo, 18 de junho de 2007.

⁸⁴ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

⁸⁵ HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfaglia., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 18.

O GCAP reunia-se mensalmente e sentiu a necessidade de formar um movimento Fé e Política ligado à Diocese. Apresentaram a proposta ao então Bispo Diocesano Dom Nelson Westrupp, que apoiou a causa. Assim nasceu a Comissão Diocesana Sóciopolítica e seu primeiro encontro, com a participação de mais de 300 pessoas, deu-se no dia 17 de outubro de 1993. De lá para cá, esta Comissão realiza anualmente o Encontro Diocesano de Fé e Compromisso Político⁸⁶.

A proposta concreta de uma Escola de Política apareceu em um encontro realizado em junho de 2000 com candidatos a vereador e a prefeito, encontro esse conduzido pelo então Bispo Diocesano Dom Nelson Westrupp. Nesta ocasião, ele manifestou o interesse em ter uma escola diocesana para formar candidatos políticos⁸⁷. Uma comissão encarregou-se de elaborar esse trabalho e logo a intenção original se ampliou: não somente formar candidatos, mas educar para a cidadania e a participação. Por isso, o binômio no nome da Escola: Política e Cidadania.

Em seguida, definiu-se o objetivo geral da Escola:

“Educar para a prática política e a cidadania à luz do Evangelho, da prática da Igreja no Brasil, dos princípios éticos emanados da Doutrina Social da Igreja e do conhecimento teórico e prático da realidade brasileira, a fim de melhor evangelizar o povo brasileiro, sendo assim, sinal do Reino de Deus”⁸⁸.

Os objetivos específicos também foram definidos:

- mostrar como a prática da cidadania é uma exigência para uma autêntica evangelização;
- fortalecer as ONGs, Associações, Pastorais Sociais, Sindicatos e outros grupos cuja ação tenha incidência político-social na busca da justiça social;
- formar agentes que, atuando partidariamente, garantam a construção de uma sociedade favorável aos pobres;
- discutir noções de políticas públicas, influenciando a criação de novos conceitos;

⁸⁶ Id., p. 19.

⁸⁷ O jornal ValeParaibano, de grande circulação na cidade e Vale do Paraíba, trouxe uma extensa matéria com o título: “Igreja Católica planeja criar escola para formação política. Bispo de São José diz que fiéis precisam ser orientados para assumir compromissos”. Cfr. **ValeParaibano**, 25 de julho de 2000.

⁸⁸ Diocese de São José dos Campos. *Folder de divulgação*, 2006, mimeo.

- evangelizar a política.

Com essa proposta de formação, o conteúdo foi organizado em quatro módulos, perfazendo um curso com duração de dois anos. As aulas são mensais, um fim de semana por mês. Durante o mês, os cursistas devem fazer um estudo dirigido, a partir de leituras e trabalhos indicados pelos professores. Não há avaliação, mas a frequência é obrigatória. O fio condutor desse curso é a Doutrina Social da Igreja, que perpassa todos os módulos sob diferentes nomes, sendo que um desses módulos a tem explicitamente como eixo temático⁸⁹.

A instalação da Escola⁹⁰ aconteceu durante o “I Seminário sobre Ensino Social Cristão”, organizado pela Diocese de São José dos Campos, em setembro de 2001, dentro de uma Mesa Redonda que teve como tema: “A política, forma exigente de se viver a caridade cristã”. Participaram dessa Mesa Redonda o então Bispo Diocesano Dom Nelson Westrupp e o senhor Francisco Whitaker, então Presidente da Comissão Brasileira Justiça e Paz⁹¹.

Houve grande repercussão na imprensa regional, tanto escrita quanto falada, o início da Escola. Todos os jornais que circulam na cidade deram destaque ao tema, elogiando a iniciativa da Diocese em ter uma presença pública na área da política⁹². A primeira turma de alunos começou em fevereiro de 2002, sendo que, até o ano de 2009, a Escola de Política e Cidadania já havia formado 125 pessoas⁹³.

Importa ainda destacar que, em 2005, foi fundada a “Associação para o Ensino Social da Igreja Leão XIII”, entidade jurídica que congrega os que se formam pela Escola de Política e Cidadania e que, até o ano de 2009, eram 35 os alunos que haviam se filiado à Associação. Entre suas finalidades estatutárias, está a de “difundir o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja”. Os associados

⁸⁹ Anexo 1. Programas das Escolas de Formação Fé e Política.

⁹⁰ Cfr. Cúria Diocesana de São José dos Campos. *Decreto de Criação da Escola de Política e Cidadania*. Pront. N. 0137/2001.

⁹¹ Comissão do Serviço. *Folder do I Seminário sobre Ensino Social da Igreja*. Arquivo da Escola de Política e Cidadania: Mimeo, 2001.

⁹² **Diário de São José**, 01 de setembro de 2001: “Diocese de São José lança hoje escola de política e cidadania. Objetivo de curso é educar o cidadão para a prática política”. **ValeParaibano**, 02 de setembro de 2001: “Diocese lança Escola de política e cidadania”. **Diário de São José**, 02 de setembro de 2001: “Diocese de São José lançou ontem a escola de política para a formação de militantes”. **Jornal Expressão**, setembro de 2000: “Diocese lança Escola de Política e Cidadania”.

⁹³ Cfr. Diocese de São José dos Campos. *Livro de Registros dos Formados na Escola*. Arquivo da Escola de Política e Cidadania.

foram divididos nos seguintes grupos temáticos: “Doutrina Social da Igreja”, “Cidadania e Transformação Social”, “Fé e Política”, sendo que os três temas são constantemente revistos e aprofundados, através de manhãs de estudo e reflexão. Ao mesmo tempo, a AESI oferece assessoria às Paróquias, grupos e comunidades, dentro dessas três áreas, através de cursos de curta duração⁹⁴.

O estudo sociológico realizado sobre esta escola evidencia os seguintes aspectos importantes⁹⁵:

- a) entre 2002 e 2007, percebeu-se a queda de cursistas ligados a partidos políticos e outras entidades da sociedade civil, com o consequente crescimento de cursistas oriundos de esferas intra-eclesiais (catequese, ministros extraordinários da comunhão, entre outros);
- b) há paridade dos inscritos quanto ao gênero, sendo que no quesito “participação político-partidária” há uma ligeira superioridade masculina;
- c) o curso não atinge as camadas populares (membros das CEBs), bem como grupos políticos organizados na sociedade (sindicatos, associações, partidos e outros).

É importante, ainda, destacar os compromissos que essa Escola assumiu, os quais orientam seu programa de ação na Diocese⁹⁶:

- Compromisso com a pessoa humana, à luz da evangélica opção pelos pobres;
- Compromisso com valores éticos e evangélicos, tais como: vida, solidariedade, justiça, fraternidade e liberdade;
- Compromisso com a construção de uma sociedade democrática;
- Compromisso com a construção de uma sociedade culturalmente plural, economicamente justa, ecologicamente sustentável e socialmente solidária.

⁹⁴ ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO SOCIAL DA IGREJA. *Estatuto*. São José dos Campos: Arquivo da Escola, mimeo, 2005.

⁹⁵ HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfaglia., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 62-63.

⁹⁶ Diocese de São José dos Campos. *Folder de divulgação*, 2006, mimeo.

Escola de Fé e Política “Padre Humberto Plummén” – Recife (PE), 2004

A Escola pertence ao Regional Nordeste II da CNBB, cujo Setor Pastoral Social procura contribuir para a transformação dos corações e das estruturas da sociedade, à luz da Palavra de Deus, da Doutrina Social da Igreja e das Diretrizes Gerais da CNBB. Entre outras iniciativas, o Setor começou, a partir de sua 12ª Assembleia Regional de Pastoral, ocorrida em 2003, a dar passos concretos para o início de uma Escola de Fé e Política articulada em nível regional. Dentre esses passos, estava um mapeamento das iniciativas existentes nessa área, bem como a recuperação de propostas fomentadas na década de 90, por Dom Tiago Postma, missionário holandês, então Bispo responsável pelas Pastorais Sociais do Regional, por Dom Costa, que foi Presidente do Regional nesse período, todos eles profundamente engajados na prática social à luz da fé, mas, especialmente, a formatação que havia sido feita pelo Padre Humberto Plummén⁹⁷.

A ideia original de uma Escola de Política foi destacada, portanto, dentre essas várias pessoas, por Padre Humberto Plummén, falecido em 05 de setembro de 2001 e homenageado no nome da Escola. Missionário redentorista, holandês de origem, viveu a maior parte de seu ministério no Nordeste. Educador e sociólogo, sempre assumiu as lutas populares, tornando-se um pastoralista das causas sociais. Deixou um legado para as pastorais sociais do Regional, seja por seu testemunho de inserção na vida do povo e de paixão pelas causas sociais, seja por seu estilo de vida sóbrio. Ele foi grande colaborador de Dom Helder Câmara⁹⁸.

A escola iniciou suas atividades em 2004, tendo o apoio do Regional Nordeste II da CNBB e de organismos eclesiais, como a *Caritas*, *Catholic Relief Service* e *Misereor*. Seu trabalho se realiza através de uma “escola em movimento”, que percorre os diversos estados do Regional (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte), oferecendo um módulo de cada vez⁹⁹.

O objetivo da Escola é:

⁹⁷ SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 14.

⁹⁸ Id., p. 15.

⁹⁹ Ernane Pinheiro (Org.), *Cristãos em ação na política*, p. 107-108.

“Contribuir na formação no campo da Fé e Política, a partir de uma reflexão teológica, bíblica e ética, alimentando maior consciência crítica e transformadora, para a construção de uma sociedade pluriétnica, pluricultural, justa, humana e solidária, promotora da cultura da paz”¹⁰⁰.

Os objetivos específicos apresentam-se assim:

- formação de agentes de Pastorais e lideranças;
- espiritualidade: alimentar a mística cristã e a espiritualidade libertadora fomentando o profetismo na perspectiva da evangelização popular;
- articulação das Pastorais Sociais Diocesanas e Movimentos, Serviços e Pastorais Sociais de âmbito regional;
- intervenção em espaços de Políticas Públicas e Controle Social.

A metodologia da escola baseia-se na educação popular, tendo um cunho humanista e libertário, visando fazer dos alunos sujeitos de sua formação, partindo do acúmulo de experiências trazidas por eles, desenvolvendo-se a partir do método “ver, julgar e agir”, nos moldes de uma pedagogia de “escola em movimento”, isto é, profundamente unida à prática social dos alunos¹⁰¹.

No que diz respeito ao programa de formação, este acontece em duas etapas. Na primeira etapa, dividida em módulos que acontecem periodicamente, ao longo de um ano, os cursistas têm contato com temas teológicos-pastorais e são introduzidos em temáticas de cunho sociopolítico. O conteúdo de corte teológico-pastoral vem abordado em todos os módulos, sob as disciplinas “Conceitos de Fé e Política”, “Antigo Testamento e o Sonho de Deus” e de “Jesus, o Reino e a Política”, “Doutrina Social da Igreja”, e “Direitos Humanos”¹⁰².

Para quem concluiu a primeira etapa, existe a possibilidade de continuar a formação na escola em uma outra etapa. A segunda é dedicada exclusivamente à formação política, e as disciplinas giram em torno dos seguintes eixos temáticos: “Conjuntura política na história recente do País”, “Movimentos e mobilizações”,

¹⁰⁰ Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummén. *Folder de divulgação: 1ª Etapa*. Recife: Arquivo da Escola, 2008.

¹⁰¹ Cfr. SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 68-70. Tem-se aí uma explanação detalhada sobre a metodologia utilizada nessa escola.

Cfr. TOWNS, Eleni., “*Escola Fé e Política*”: *A Fruit of Liberation Theology in the Northeast*, p. 25-28. Encontra-se aí uma referência à metodologia dessa escola, relacionada com o método de Paulo Freire.

¹⁰² Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

“Participação cidadã e controle social”, “Projeto de nação e desenvolvimento solidário sustentável”¹⁰³.

É importante acentuar a presença de educadores e animadores, que entre um módulo e outro, acompanham os cursistas em suas comunidades de origem, orientando práticas pastorais ligadas à sua formação. Esse período é chamado pela escola de “intermódulos”, e se baseia em uma “pedagogia da alternância”, nos intervalos que compõem os diversos módulos do curso presencial¹⁰⁴.

Finalmente, a representação social da “Fé” dos alunos da Escola Pe. Humberto Plumm é feita pela articulação fé e vida, enquanto que a de “Política” é veiculada através das concepções que se tem da própria vida social organizada. Quando se unem essas duas instâncias, Fé e Política, essa representação social passa pelo imperativo ético da luta pelo bem comum¹⁰⁵.

Escola de Formação: Fé, Política e Trabalho – Diocese de Caxias (RS), 2004

A história da Escola começou com a preparação para a 10ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora, que ocorreu em Caxias no dia 1º de maio de 2005. A Diocese foi solicitada pela CNBB/Sul-3 a coordenar a romaria e, para tanto, elaborou em 2003 um *Plano Romaria do Trabalhador*. Ao longo da realização desse plano, a ideia de uma Escola de Política foi se firmando e foi apresentada ao Conselho de Presbíteros, para que ela fosse uma continuidade da romaria, evitando que o evento não se reduzisse a um dia¹⁰⁶.

A coordenação diocesana, em preparação à 10ª romaria, elaborou um material que despertou a atenção do Conselho Diocesano de Presbíteros, pois tinha todas as orientações para uma futura escola, desde objetivos e linhas de orientação, até conteúdo temático. Além disso, continha informações sobre destinatários do curso, critérios de participação, local e duração¹⁰⁷.

¹⁰³ Id.

¹⁰⁴ SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plumm, p. 68-70.

¹⁰⁵ Id., p. 73-92, onde se desenvolve o tema da representação social dessa Escola.

¹⁰⁶ Diocese de Caxias., *Ata do Conselho Diocesano de Presbíteros*. Livro I, p. 29, Reunião de 24/06/2003.

¹⁰⁷ Id., p. 31v, Reunião de 04/09/2003.

A preocupação principal manifestada pela Diocese com relação à Escola referia-se à inserção da Igreja no mundo da política e do trabalho, pois os cursos de formação oferecidos até então não contemplavam essa temática.¹⁰⁸ Há que se registrar que a cidade de Caxias do Sul é a segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada, em 2007, em torno de 399.038 habitantes. Isso se deve, em grande parte, à presença de um forte parque industrial siderúrgico, com empresas como Random, Agrale e Marcopolo, que atraem muitos trabalhadores, fazendo com que sua produção seja a terceira do Estado, perdendo por pouco para os municípios de Triunfo e de Porto Alegre¹⁰⁹.

No final de 2003, estava tudo pronto para a realização da Romaria do Trabalhador e para o início das atividades da Escola de Política, eventos estes tão importantes: o primeiro, para todo o Regional Sul III da CNBB, e o segundo mais especificamente para a Diocese de Caxias. É interessante destacar que a Escola foi o resultado da preparação para a 10ª Romaria, e não um fruto concreto de sua realização, como inicialmente se pensava¹¹⁰.

Em 2004, iniciaram-se as atividades da Escola, que recebeu o seguinte nome: “Escola de Formação: Fé, Política e Trabalho”, representando tanto a vocação industrial da cidade de Caxias do Sul, quanto o contexto em que a escola foi gestada na preparação da 10ª Romaria, caracterizada pelo substantivo “Trabalho” adicionado à “Fé” e “Política”, uma peculiaridade dessa escola.

Seu material de divulgação traz algumas informações de ordem metodológica. No objetivo principal, encontram-se três aspectos que são essenciais para que a Igreja possa, de fato, contribuir para uma nova forma de fazer política¹¹¹:

- 1) formação e articulação de lideranças;
- 2) criação de uma mentalidade nova a partir do Ensino Social da Igreja;
- 3) agir cristão comprometido para criar uma sociedade solidária.

Os objetivos específicos são mais detalhados:

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Cfr. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em 23/04/2009.

¹¹⁰ Diocese de Caxias. *Ata do Conselho Diocesano de Presbíteros*. Livro I, p. 50, Reunião do dia 18/03/2004.

¹¹¹ Escola de Formação Fé, Política e Trabalho. *Folder de divulgação*. Caxias do Sul: Arquivo da Escola, 2006.

- promover o estudo interdisciplinar acerca das principais questões relacionadas aos três eixos: fé, política e trabalho;
- oportunizar um espaço aberto para debater temas globais e que afetam a vida no singular;
- provocar a construção da cidadania, preparando lideranças multiplicadoras com conhecimento profundo das exigências evangélicas do Ensino Social da Igreja;
- reorganizar as pastorais sociais através da formação de seus membros, favorecendo a construção de uma espiritualidade encarnada na realidade local e fundamentada em critérios e valores bíblicos e do Ensino Social da Igreja;
- provocar um processo de estudo e reflexão sobre a realidade do trabalho e desemprego, favorecendo para que a Palavra de Deus e o Ensino Social da Igreja ajudem a fundamentar com critérios e valores a ação no campo político, social, econômico cultural e religioso;
- desenvolver uma metodologia que desperte e dê condições de contribuir no trabalho de base, na linha popular, da elaboração do pensamento, conhecimento da realidade e da ação;
- contribuir para a criação e articulação de políticas públicas.

O conteúdo programático é desenvolvido em dez etapas, sempre em um fim de semana por mês. No que diz respeito ao conteúdo teológico-pastoral, ele aparece em quase todas as etapas, algumas vezes sob indicações bíblicas, outras a partir dos grandes princípios éticos do Ensino Social da Igreja: engajamento, solidariedade, dignidade humana, direitos humanos, espiritualidade, ética¹¹². É importante salientar que esse conteúdo é oferecido a um público nem sempre proveniente de comunidades eclesiais, o que certamente se constitui um grande desafio para o diálogo com outras instâncias sociais e com diferentes visões de mundo, obrigando a Escola a uma adaptação da metodologia¹¹³.

¹¹² Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*. Escola de Formação Fé, Política e Trabalho, à p. 248-250 desta Tese.

¹¹³ Entre 2004 e 2007, passaram pela escola 302 pessoas, sendo que o percentual de alunos diretamente ligados às comunidades eclesiais caiu de 70% (em 2004) para 29% (em 2007). Por outro lado, cresceu a participação de alunos vindos de sindicatos e outras associações, de 20% (em 2004) para 64% (em 2007). Cfr. Escola de Formação: Fé, Política e Trabalho. *Realidade dos*

Por fim, esta Escola apresenta as seguintes diretrizes para seu funcionamento, apresentados em forma de compromissos¹¹⁴:

- Compromisso com a autenticidade da prática da fé;
- Compromisso com os valores éticos e evangélicos tais como a vida, a solidariedade, a justiça, a fraternidade e a coerência;
- Compromisso com a construção de uma sociedade democrática, culturalmente plural, economicamente justa, ecologicamente sustentável, socialmente solidária e eclesialmente de comunhão e participação;
- Compromisso de favorecer um espaço e mentalidade que dê condições de se relacionar com o diferente, fazendo a experiência convivência, do diálogo e da tolerância, para um relacionamento aberto ao pluralismo;
- Compromisso e ousadia de buscar saídas simples e coerentes para os problemas prementes do povo, principalmente os mais empobrecidos, apostando em caminhos novos;
- Compromisso de que os participantes, a partir de uma metodologia participativa, possam conhecer e interpretar cada vez melhor a realidade local, para um agir mais consciente;
- Compromisso de proporcionar um acompanhamento sistemático e integral às pessoas que assumem conscientemente sua fé, atuando nas várias instâncias da realidade.

Escola Diocesana de Fé e Política - Leopoldina (MG), 2005

A Escola Diocesana de Fé e Política surgiu a partir de um projeto elaborado por alguns padres e alguns membros do Conselho Diocesano de Leigos. Na justificativa, afirma-se que a política tem, para a população, uma conotação negativa e, por isso, é necessário que as instituições sociais — especialmente a Igreja — trabalhem para reverter esta situação. E conclui:

“O caminho que a Diocese de Leopoldina tem que percorrer, sem dúvida, é o da formação cristã-ética-política de seus fiéis. Portanto, a criação de uma Escola de Fé e Política torna-se urgente e indispensável”¹¹⁵.

Participantes da Escola de Formação: Fé, Política e Trabalho: 2004-2007. Caxias do Sul: Arquivo da Escola, mimeo, s/d.

¹¹⁴ Escola de Formação Fé, Política e Trabalho. *Folder de divulgação.* Caxias do Sul: Arquivo da Escola, 2006.

¹¹⁵ Diocese de Leopoldina. Projeto de Criação de Escola Diocesana de Fé e Política. Mimeo, 2005.

O projeto foi aprovado no retiro anual do clero, em junho de 2005, e a equipe começou a buscar experiências em andamento (o que era um dos objetivos específicos do projeto), tendo tomado como base a Escola de Fé e Política de Divinópolis.

O objetivo geral ficou assim:

“O curso pretende fornecer bases teóricas e práticas para a formação política dos cidadãos, dos agentes de pastoral, dos educadores e dos que exercem e pretendem exercer cargos públicos, abordando reflexões em políticas públicas, experiências comunitárias remetendo também aos processos históricos da formação do cidadão brasileiro, visando a uma maior compreensão da história do cotidiano e da política no Brasil, seus sonhos, suas patologias e suas práticas”.¹¹⁶

Quanto aos objetivos específicos, apresentam-se da seguinte maneira:

- Formar indivíduos e grupos comprometidos com as causas comuns e públicas, fazendo da ação política instrumento de transformação;
- Reforçar nas pessoas o desejo, a auto-estima, a afetividade, o espírito crítico, na construção coletiva, na vida cotidiana, pessoal e comunitária;
- Despertar no indivíduo uma visão mais social da comunidade, buscando na ação política soluções para os problemas sociais;
- Criar instrumentos e condições de discussões e reflexões permanentes sobre cidadania, participação efetiva dos cristãos na práxis política, explicitando as implicações éticas da fé;
- Buscar a participação de todos, sem barreiras religiosas ou partidárias.

Quanto à metodologia, o objetivo é privilegiar o conteúdo histórico de cada aluno, desenvolvendo um programa de conhecimento teórico e prático, utilizando instrumentos pedagógicos modernos e eficazes. Assim, cada módulo é dividido da seguinte maneira: uma parte de aulas teóricas e outra parte com atividades pedagógicas (dinâmicas, grupos, trabalhos, estudo)¹¹⁷.

O curso foi organizado em dois anos, divididos em quatro módulos, nos fins de semana, sendo dois módulos realizados em cada ano. O conteúdo teológico-pastoral aparece no primeiro módulo, em forma de conteúdo cristológico; no terceiro, através da temática da DSI; e no último, através de ecologia e espiritualidade¹¹⁸.

¹¹⁶ *Id.*

¹¹⁷ Escola Diocesana de Fé e Política. *Folder de divulgação*. Leopoldina: Arquivo da Escola, 2008-2009.

¹¹⁸ *Ibid.*

3.5. Considerações finais

Este capítulo procurou situar o surgimento das Escolas de Formação Fé e Política no contexto dos anos 90 e seu paradigma. Embora seja inegável um declínio nas manifestações de rua que conferiam visibilidade aos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, tão importantes para a conquista de direitos sociais e políticos, não se pode, contudo, afirmar que eles desapareceram. Observa-se que houve foi um realinhamento, baseado num novo paradigma de “cidadania”, caracterizado por uma organização em rede, utilizando ferramentas constitucionais como Orçamento participativo e Conselhos Paritários.

Dentro desse marco da realidade, é relevante também para esta pesquisa o acento na exigência de uma “ética na política”, representada especialmente pelo “Movimento pela Ética na Política” e pela campanha “Fraternidade e Política”. Ademais, a dimensão de pluralismo classista e partidário, que caracteriza esse novo paradigma dos anos 90, foi importante para gestar as Escolas de Formação Fé e Política.

Buscar-se-á, nos próximos capítulos, alguns elementos da Revelação no Ensino Social da Igreja e na Teologia latino-americana, pertinentes para uma formação Fé e Política, tendo como referência teórica principal (mas não exclusiva) a *Gaudium et Spes*, e como viés as relações entre evangelização e promoção humana apresentadas na *Evangelii Nuntiandi*, em que se afirma:

“Entre evangelização e promoção humana, desenvolvimento, libertação, existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem?”¹¹⁹

¹¹⁹ PAULO VI., *Evangelii Nuntiandi*, n. 31, p. 401. Texto original: «Revera inter evangelizationem et promotionem humanam, seu progressionem et liberationem, interveniunt intima vincula coniunctionis: vincula sunt ordinis anthropologici, quia homo evangelizandus non est aliquid a rebus abstractum, sed persona obnoxia quaestionibus socialibus et oeconomicis;

Dentro da perspectiva da *Evangelii Nuntiandi*, serão apresentados os laços de ordem antropológicos, teológicos e evangélicos que concorrem para uma articulação Fé e Política e, *a fortiori*, para uma formação nessa área, sendo por isso relevantes para os programas de formação das escolas, embora a apresentação desses laços não seguirá a ordem sugerida por esse documento.

Esta apresentação terá como perspectiva o Ensino Social da Igreja, por sua abrangência, enquanto incidência social do discurso da Igreja, desde a Patrística até hoje, bem como a reflexão teológica latino-americana. Indicações da Doutrina Social da Igreja, entendida estritamente como conjunto de encíclicas sociais pontifícias, também serão consideradas, mas tangencialmente.

As indicações dos próximos capítulos possibilitarão retornar à temática das Escolas de Formação Fé e Política, para buscar a teologia que lhes subjaz, sendo esse o interesse deste estudo.

vincula sunt etiam ordinis theologici, quia consilium creationis segregari non potest a consilio redemptionis, quae pertingit usque ad condiciones valde concretas iniustitiae evincendae itemque iustitiae reparandae; vincula sunt etiam ordinis summe evangelici, qui est ordo caritatis: quo modo, enim, mandatum novum proclamari potest, nisi cum iustitia et pace promovetur vera ac germana progressio hominis?» AAS LXVIII (1976), n. 31, p. 26.